

ANÁLISE DOS PERFIS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL: UM ESTUDO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS POR MEIO DE INDICADORES E ANÁLISE DE CLUSTER*

ANALYSIS OF THE PROFILES OF THE ASSET AND FINANCIAL SITUATION OF THE MUNICIPALITIES OF RIO GRANDE DO SUL: A STUDY OF THE FINANCIAL STATEMENTS THROUGH INDICATORS AND CLUSTER ANALYSIS

André Troyahn Manica **
Diego de Oliveira Carlin ***

RESUMO

A Contabilidade Pública ou Governamental é importante para o controle do patrimônio e das finanças públicas, com os indicadores calculados a partir das demonstrações contábeis atuando como instrumentos para gestão dos recursos e verificação da eficiência e eficácia da administração pública. Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo identificar os perfis da situação patrimonial e financeira dos municípios do Rio Grande do Sul a partir do estudo das demonstrações contábeis por meio de indicadores patrimoniais, orçamentários e financeiros e da análise de cluster. Trata-se de uma pesquisa quantitativa quanto à abordagem e descritiva em relação ao seu objetivo, que utiliza dados de domínio público coletados de forma estruturada. A amostra da pesquisa equivale a 475 municípios do Rio Grande do Sul e o período de análise corresponde ao ano de 2020. Os principais resultados são que em média os municípios apresentaram: superávit patrimonial e bons índices de liquidez e solvência; maior proporção de compromissos e dívidas de longo prazo e uma estrutura financeira dependente de capital de terceiros; grande dependência de transferências e relativo controle das despesas com pessoal, abaixo do limite estabelecido na LRF e; não apresentaram variação significativa no aspecto orçamentário. A análise de cluster considerando esses indicadores e a distribuição entre as mesorregiões e o porte populacional revelou que os municípios do Rio Grande do Sul podem ser classificados em três perfis: (1) Municípios de pequeno porte com baixo endividamento; (2) Municípios de pequeno porte com alta liquidez e; (3) Municípios de maior porte com menor dependência.

Palavras-chave: Gestão Fiscal; Municípios; Demonstrações Contábeis; Indicadores; Análise de Cluster.

ABSTRACT

Public or Governmental Accounting is important for the control of public assets and finances, with the indicators calculated from the financial statements acting as instruments for resource management and verification of the efficiency and effectiveness of public administration. In this sense, this research aims to identify the profiles of the equity and financial situation of the municipalities of Rio Grande do Sul from the study of financial statements through equity, budgetary and financial indicators and cluster analysis. This is a quantitative research in terms

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no semestre 2021/2, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

** Graduado em Políticas Públicas pela UFRGS e Bacharelado em Ciências Contábeis pela UFRGS. E-mail: andre.manica@yahoo.com.br

*** Orientador. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. E-mail: diego.carlin@ufrgs.br

of approach and descriptive in relation to its objective, which uses public domain data collected in a structured way. The research sample is equivalent to 475 municipalities in Rio Grande do Sul and the period of analysis corresponds to the year 2020. The main results are that, on average, the municipalities presented: equity surplus and good liquidity and solvency ratios; higher proportion of commitments and long-term debts and a financial structure dependent on third-party capital; great dependence on transfers and relative control of personnel expenses, below the limit established in the LRF and; showed no significant variation in the budgetary aspect. The cluster analysis considering these indicators and the distribution among the mesoregions and population size revealed that the municipalities of Rio Grande do Sul can be classified into three profiles: (1) Small municipalities with low indebtedness; (2) Small municipalities with high liquidity and; (3) Larger municipalities with less dependency.

Keywords: Fiscal Management; Municipality; Financial Statements; Indicators; Cluster Analysis.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Pública ou Governamental é instrumento importante para o correto controle do patrimônio e das finanças públicas. Conforme o art. 85 da Lei Federal nº 4.320 (BRASIL, 1964), as suas funções são “o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”. A Contabilidade Pública proporciona informações relevantes para a sociedade, que contribuem com a transparência e ainda possibilitam o aumento da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos para a população. Dessa forma, a Contabilidade também exerce a função de controle na Administração Pública de acordo com o Decreto-Lei nº 200 (BRASIL, 1967), que denota que o controle da aplicação do dinheiro público e guarda dos bens será exercido pelos órgãos próprios do sistema de contabilidade e auditoria.

Conforme Cruvinel e Lima (2011), o desejo de harmonização das normas, conceitos e práticas contábeis deu início ao processo de convergência da Contabilidade Pública para um novo padrão de normas internacionais liderado pela *Internacional Federation of Accountants* (IFAC), que em 2000 emitiu as primeiras *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). No Brasil, esse processo começou em 2008 com a publicação das primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Depois, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e também o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), ambos em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do CFC (STN, 2018).

Nesse sentido, conforme o MCASP 8ª edição (STN, 2018), compõem o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP): Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Notas Explicativas (NE); e Informação comparativa com o período anterior. Além disso, “as entidades são incentivadas a apresentar informações adicionais para auxiliar os usuários na avaliação do desempenho e na administração dos seus bens, bem como auxiliá-los a tomar e avaliar decisões sobre a alocação de recursos” (STN, 2018).

No entanto, conforme destacam Oliveira, Peter e Meneses (2010), a gestão pública na esfera municipal está repleta de exemplos de má administração, contribuindo para o aumento do endividamento dos municípios brasileiros e também para elevados níveis de corrupção, considerando a ausência de uma regulação mais severa na aplicação e controle das despesas da administração pública municipal. Além disso, Leite Filho *et al.* (2015) destacam que os entes públicos brasileiros enfrentaram graves problemas internos e externos, como inflação elevada e a ausência de instrumentos mais efetivos de controle dos gastos e gestão dos recursos públicos, provocando elevados déficits orçamentários e aumento da dívida externa brasileira, o que comprometeu o desenvolvimento, especialmente, dos municípios.

Nesse sentido, destaca-se o papel desempenhado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que segundo Sousa *et al.* (2011), objetivou intensificar o controle das contas públicas e a responsabilidade e transparência dos gestores, fomentando o desenvolvimento e aplicação correta dos recursos públicos. Já Oliveira, Peter e Meneses (2010) complementam que a LRF limitou os gastos e endividamento dos entes públicos para garantir o equilíbrio entre despesas e receitas, impondo um maior rigor ao processo de planejamento e execução orçamentária. É oportuno ressaltar que o cálculo desses limites considera as informações contábeis e fiscais, divulgadas no Relatório Resumido de Execução Orçamentária e no Relatório de Gestão Fiscal (SOUZA; PLATT NETO, 2012).

No entanto, como um agravante para a situação dos municípios, Vieira *et al.* (2017) ressaltam que vários aspectos do federalismo brasileiro impedem uma maior independência dos governos municipais em relação às esferas superiores. De acordo com Arretche (2005), as características mais preponderantes do sistema tributário brasileiro são: (1) a descentralização de receitas pela autoridade para arrecadar ou garantia de transferências constitucionais; (2) a centralização da arrecadação no governo federal e; (3) a centralização da autoridade sobre as decisões de arrecadação e de gasto, limitando a autonomia dos governos subnacionais.

No mesmo sentido, Souza (2005) destaca os principais efeitos no âmbito subnacional das reformas fiscais ocorridas no Brasil no final dos anos 1990: (1) imposição de limites na liberdade das instâncias subnacionais de aplicar recursos próprios; (2) vinculação de parcela das receitas subnacionais à aplicação nos serviços de saúde e educação fundamental e; (3) redução dos recursos federais sem vinculações transferidos para estados e municípios.

Os dados da carga tributária arrecadada por esfera de governo de 2020 divulgados pela STN (2021a) reforçam essa concentração, demonstrando que apenas 6,70% é dos municípios, enquanto que 26,96% é dos Estados e 66,34% é da União. Nesse sentido, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2015), 94% dos municípios brasileiros têm nas transferências recebidas pelo menos 70% de suas receitas correntes. Dessa forma, 34,8% dos municípios brasileiros não têm capacidade de gerar localmente recursos suficientes para arcar com a sua estrutura administrativa; 49,4% gastam mais da metade do orçamento com pessoal e; 47% têm nível crítico de investimento, destinando somente 3% das receitas (FIRJAN, 2019).

Considerando esse cenário, as informações contábeis cumprem importante papel para a avaliação e acompanhamento do patrimônio e das finanças públicas, como destacado no art. 89 da Lei Federal nº 4.320 (BRASIL, 1964), “A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial”. Já a NBC TSP - Estrutura Conceitual (CFC, 2016) estabelece que as demonstrações contábeis são úteis para a avaliação do desempenho das entidades públicas, fornecendo informações relacionadas com a eficiência e a eficácia na prestação de serviços e auxiliando na prestação de contas e *accountability*.

Nesse sentido, segundo Assaf Neto (2020), a análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de apontar a situação econômica e financeira da entidade, indicando as causas das variações e as possíveis tendências, geralmente utilizando indicadores calculados a partir de

relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis envolvendo aspectos como liquidez, endividamento e resultado.

Considerando o contexto apresentado acerca da Contabilidade Pública municipal e os diferentes elementos e desafios que a permeiam, a questão problema dessa pesquisa é: *Quais os perfis da situação patrimonial e financeira dos municípios do Rio Grande do Sul a partir do estudo das demonstrações contábeis por meio de indicadores e da análise de cluster?* Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é: identificar os perfis da situação patrimonial e financeira dos municípios do Rio Grande do Sul a partir do estudo das demonstrações contábeis por meio de indicadores e da análise de cluster.

Como justificativa do estudo, destaca-se que o acompanhamento da gestão dos recursos públicos é de grande relevância, uma vez que a alocação ineficiente pode acarretar na redução ou perda da capacidade de investimento dos municípios em áreas prioritárias para a população, resultando assim na queda da qualidade dos serviços públicos ou mesmo na sua descontinuidade. Desse modo, como apontam Goularte *et al.* (2021), a pesquisa na área contábil voltada para a análise econômico-financeira no setor público também pode contribuir para a prática da gestão dos recursos públicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o exposto, essa seção contextualiza o tema e sua problemática trazendo o propósito e as informações evidenciadas pelas diferentes demonstrações contábeis, a análise das demonstrações através de indicadores e apresentando estudos relacionados à pesquisa.

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo o MCASP 8ª edição (STN, 2018), as demonstrações contábeis representam de maneira estruturada a situação patrimonial, financeira e o desempenho da entidade. Nesse mesmo sentido, Soares *et al.* (2011) destacam que as demonstrações contábeis tornam possível alcançar a meta da contabilidade pública de registrar e interpretar os fenômenos que afetam a situação patrimonial, financeira e orçamentária das entidades que a compõe.

Dessa forma, as demonstrações contábeis têm o propósito de fornecer informação útil para o processo de tomada de decisão e contribuir para a transparência e o *accountability* ao proporcionar a prestação de contas e responsabilização da entidade. Ao mesmo tempo, as demonstrações contábeis também podem fornecer informações úteis para prever o nível de recursos necessários para a continuidade das operações e os riscos e as incertezas associadas, assumindo assim a função preditiva ou prospectiva (STN, 2018).

Nesse sentido, a STN (2018) dedica a Parte V do MCASP 8ª edição para as DCASP com o objetivo de padronizar a estrutura e as definições dos elementos que as compõem, que devem ser observados por todos os entes federativos, permitindo assim a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o PCASP. Desse modo, cada uma das DCASP evidencia informações de natureza distinta e tem uma estrutura própria e quadros específicos para atendê-la.

O BP evidencia a situação patrimonial da entidade, os atos potenciais registrados em contas de compensação e também possui um viés orçamentário ao separar o ativo e o passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para sua realização. Já a DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, que passa a compor o saldo do BP. A apuração ocorre através do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), que correspondem à receita e despesa, respectivamente (STN, 2018).

A DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, identificando a fonte dos recursos usados para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Já o BF evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando as receitas e despesas orçamentárias por fonte e destinação de recurso (ordinárias e vinculadas), os ingressos e dispêndios extraorçamentários, e os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte (STN, 2018).

A DMPL demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade durante o período, representando o valor do resultado e de outras receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, sendo obrigatória para as empresas estatais dependentes na forma de sociedades anônimas, mas facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes federativos. Já o BO evidencia as receitas por origem e categoria econômica (correntes e de capital) e especifica a previsão inicial, a atualizada, a receita realizada e o saldo, correspondendo ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Também evidencia as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas, as pagas e o saldo da dotação (STN, 2018).

2.2 ANÁLISE POR INDICADORES

Segundo Matarazzo (2003), as demonstrações contábeis fornecem uma série de dados e a análise de balanços transforma esses dados em informações para a tomada de decisões. Já Padoveze (2010) destaca que os objetivos da análise de balanço são permitir uma avaliação geral da situação econômica e financeira da empresa, sua capacidade de geração de lucros, o retorno do investimento e inferir o desempenho futuro da entidade.

Dessa forma, conforme Freitas e Goularte (2016, p. 86), “a análise das demonstrações contábeis proporciona o diagnóstico das situações financeira, econômica e patrimonial das entidades, assim como evidencia a forma de utilização dos recursos e as causas da variação”. De acordo com Soares *et al.* (2011), a contabilidade busca as causas e efeitos no patrimônio da entidade dos fatos contábeis, não se resumindo somente ao seu registro. Nesse sentido, é utilizada, tanto na área pública, quanto na privada, a análise de balanços por meio de índices que envolvem a aplicação de cálculos de quocientes relacionando um conjunto de valores das demonstrações contábeis.

Assim, os indicadores estabelecem critérios e permitem comparações da situação de um município, atuando como instrumentos para controle da gestão e verificação da eficiência e eficácia da administração pública e auxiliando o governo no controle e direcionamento dos recursos. Outra vantagem dos indicadores é que demonstram a situação do ente público sem a necessidade de apresentação de valores concretos, o que facilita o entendimento dos usuários (SANTOS; ANDRADE, 2013).

Diferentes indicadores são utilizados para análise das demonstrações contábeis, mas os principais envolvem aspectos como liquidez, endividamento e resultado. De acordo com Padoveze (2010), os indicadores de liquidez e solvência objetivam verificar a capacidade da entidade de saldar as suas dívidas, enquanto que os indicadores de endividamento avaliam a estrutura de capital e a participação de terceiros nas fontes dos recursos econômicos. Já Lima e Diniz (2016) diferenciam liquidez e solvência, correspondendo à capacidade de arcar com suas obrigações de curto prazo e longo prazo, respectivamente, e ainda adicionam o enfoque da solvência para a manutenção da estrutura e a prestação de serviços. Os autores destacam que os indicadores de estrutura financeira, relacionados ao capital de terceiros e capital próprio, são úteis para a previsão do fluxo de caixa e necessidade de endividamento.

Já em relação aos indicadores específicos para o setor público, pode-se citar os 10 indicadores de desempenho econômico e financeiro propostos por Brown (1993) no “modelo

dos 10 pontos de condição financeira”, que avaliam quatro fatores econômicos e financeiros básicos para um município: as receitas, despesas, posição operacional e a estrutura da dívida.

Outros indicadores importantes são os de Kohama (2015), que apresenta diferentes quocientes para as demonstrações, propondo ao todo 21 indicadores, sendo 7 correspondentes ao BO, 5 ao BF, 7 ao BP e 2 à DVP. Em relação ao BO, os quocientes envolvem a execução da receita, da despesa, equilíbrio orçamentário, cobertura dos créditos adicionais, a execução orçamentária corrente, de capital e o resultado orçamentário.

Quanto ao BF, os quocientes envolvem a execução orçamentária, extraorçamentária, financeiro real da execução orçamentária, resultado da execução financeira e resultado dos saldos financeiros. Já em relação ao BP, os quocientes são liquidez imediata, corrente, geral, composição do endividamento, resultado patrimonial, situação financeira e a permanente. Os quocientes da DVP envolvem o resultado das variações patrimoniais e os ganhos e perdas de ativos (KOHAMA, 2015).

O Quadro 1 sintetiza e materializa a discussão acerca dos indicadores, apresentando-os de acordo com os aspectos ou naturezas mencionadas:

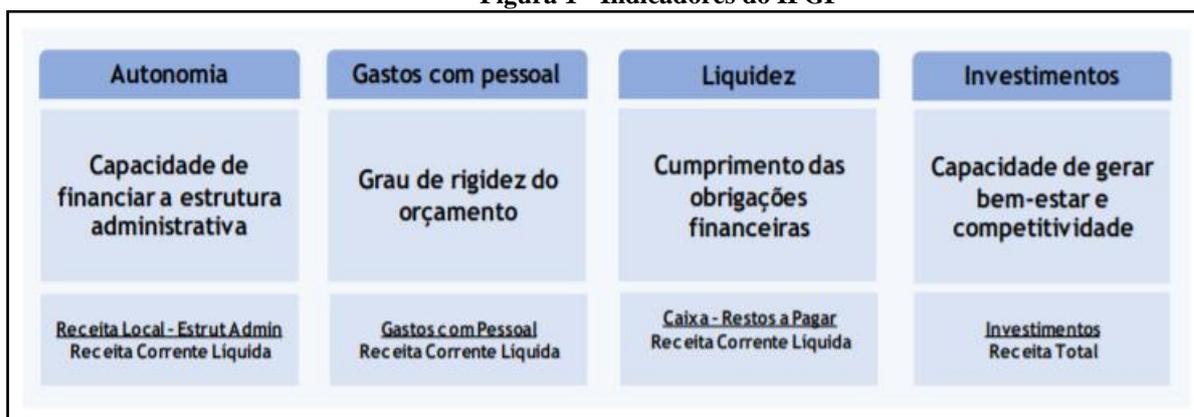
Quadro 1 - Relação dos indicadores por natureza

NATUREZA	INDICADOR	FÓRMULA
Liquidez	Capital Circulante Líquido	Ativo Circulante - Passivo Circulante
	Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante
	Liquidez Seca	(Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante
	Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Circulante
Solvência	Solvência de Longo Prazo	(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
	Solvência do Nível de Serviços	(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) / População
Endividamento	Participação de Capitais de Terceiros	(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Patrimônio Líquido
	Composição do Endividamento	Passivo Circulante / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
Resultado	Resultado Patrimonial	Varição Patrimonial Aumentativa / Varição Patrimonial Diminutiva
	Retorno Patrimonial	Resultado Patrimonial / Receita Orçamentária
Orçamento	Quociente de Execução da Receita	Receita Executada / Receita Prevista
	Quociente de Execução da Despesa	Despesa Executada / Despesa Fixada
	Resultado Orçamentário	Despesa Orçamentária / Receita Orçamentária
	Margem Bruta Orçamentária	(Receita Orçamentária - Despesa Liquidada) / Receita Orçamentária
Gestão Fiscal	Grau de Dependência	Receita de Transferências / Receita Total
	Despesas com Pessoal	(Despesas com Pessoal + Encargos) / Receita Corrente Líquida

Fonte: adaptado de Kohama (2015), Lima e Diniz (2016), Mauss (2012) e Soares *et al.* (2011)

Por fim, destaca-se também o Índice Firjan Gestão Fiscal (IFGF), com abrangência nacional e comparação anual composto por quatro indicadores, que assumem o mesmo peso para cálculo do índice geral, 25% (FIRJAN, 2021a). A composição do IFGF, interpretação e a fórmula de cada um dos indicadores que o compõe são apresentadas na Figura 1:

Figura 1 - Indicadores do IFGF



Fonte: FIRJAN (2021a, p. 1)

Dessa forma, o IFGF pretende “contribuir com o debate sobre a eficiência da gestão fiscal, trazendo como foco a administração dos recursos públicos pelas prefeituras” (FIRJAN, 2021a, p. 1). Nesse sentido, o IFGF assume diferentes funções: a) instrumento de suporte para os gestores administrarem as contas públicas de forma mais eficiente; b) mapa dos principais entraves em torno do Pacto Federativo; c) ferramenta de controle social sobre a administração dos recursos públicos (FIRJAN, 2021a).

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Em termos de estudos relacionados à pesquisa em questão, pode-se citar o estudo de Roses e Leis (2002), que investigou os modelos de gestão municipais adotados no período de 1991-1996 dos 17 municípios gaúchos com mais de 100.000 habitantes através da análise de cluster com o objetivo de agrupar os municípios segundo as suas condições sócio-econômicas. Nesse sentido, os autores agruparam os municípios em dois conglomerados: Infra-estruturado e Capitalizado. Os municípios infra-estruturados apresentam melhores condições de domicílio e saneamento, educação e saúde, enquanto que os municípios capitalizados apresentam maior concentração do capital e produto interno per capita, possuindo o potencial para se tornarem infra-estruturados no futuro.

Outro estudo relacionado é o de Soares *et al.* (2011), que estabeleceu um *ranking* da gestão fiscal dos municípios de Santa Catarina para o ano de 2007 visando demonstrar em que medida os índices de análise econômico-financeira podem ser empregados na administração pública. Após estabelecer o *ranking*, os autores optaram por verificar os extremos da tabela, apontando que nas primeiras 10 colocações apareceram municípios pequenos em número de habitantes e com pouca expressão no cenário econômico estadual, em função do baixo grau de endividamento, gastos com pessoal e da aplicação mínima na área da educação. Já no final do *ranking*, aparecem alguns dos mais populosos municípios, que são caracterizados pela grande movimentação econômica, arrecadação de tributos e diversificação de atividades, mas com altos níveis de endividamento.

Como outro estudo relacionado, pode-se citar também a pesquisa de Dal Vesco, Hein e Scarpin (2014), que teve como objetivo verificar a diferença dos indicadores de desempenho econômico e financeiro nos municípios com até 100.00 habitantes da região Sul do Brasil para o ano de 2009. Em paralelo, os autores também consideraram outro grupo de análise contendo também os municípios com mais de 100.00 habitantes, com o intuito de elaborar um *ranking* de desempenho. Entre os resultados, o estudo destaca que a população do município reflete na análise dos indicadores em função das diferentes características entre as cidades pequenas,

médias e grandes, mas que o tamanho da população não garante uma posição de destaque em suas finanças, destacando os casos de Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas.

Por fim, apresenta-se o estudo de Freitas e Goularte (2016), que analisou a situação econômico-financeira do município mais populoso de cada uma das sete mesorregiões do Rio Grande do Sul no período de 2013 a 2015. Para esse propósito, o estudo utilizou indicadores econômico-financeiros para a análise das demonstrações contábeis dos entes públicos. Como resultados, os autores constataram que os municípios apresentaram situações distintas entre si e também algumas variações acentuadas no período analisado. As principais diferenças entre os municípios têm relação com o comprometimento com obrigações de curto e longo prazo, a composição do capital e também os retornos do ativo e do patrimônio líquido.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação à abordagem, a pesquisa classifica-se como quantitativa, uma vez que foi realizada análise comparativa através do cálculo de indicadores e instrumentos estatísticos no tratamento dos dados. Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, que de acordo com Gil (2002), são caracterizadas pelo estabelecimento de relações entre variáveis e pela utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Conforme destaca Triviños (1987 *apud* BEUREN, 2013, p. 81), a pesquisa descritiva exige a delimitação de técnicas, métodos, modelos e também teorias que orientarão a coleta e a interpretação dos dados, bem como a delimitação da população e amostra e das variáveis do estudo. Em termos de procedimentos técnicos utilizados, essa pesquisa classifica-se como documental, uma vez que os materiais que constituem a fonte dos dados (DCASP) ainda não receberam nenhum tratamento analítico (GIL, 2002).

A população da pesquisa equivale a todos os 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com o período de análise correspondendo ao ano de 2020. Ressalta-se que a pesquisa não contemplou o ano de 2021 porque as DCASP ainda não estavam disponíveis no momento da coleta dos dados.

A propósito, a pesquisa utiliza dados de domínio público, com a coleta sendo realizada de forma estruturada na ferramenta de consulta de Contas Anuais do banco de dados Finanças do Brasil (Finbra) no endereço eletrônico do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (STN, 2021b). Também foram utilizados o Portal de Dados Abertos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS, 2021) e o endereço eletrônico do IFGF (FIRJAN, 2021b).

Depois de coletados, todos os dados das DCASP foram sistematizados em formato de planilha eletrônica para o cálculo dos indicadores, cujas fórmulas foram apresentadas no Quadro 1. Os resultados serão apresentados por meio de estatísticas descritivas, evidenciando sua distribuição pela média e desvio padrão, que segundo Ferreira (2005, p. 32) “são dois dos parâmetros ou estatísticas mais usadas para caracterizar (descrever) uma população ou uma amostra”. Essas estatísticas serão apresentadas considerando também as características geográficas (mesorregião) e demográficas (porte populacional) dos municípios (IBGE, 1990 e 2011).

Para não enviesarem os resultados, os *outliers* ou dados discrepantes foram eliminados através da técnica estatística conhecido como Distância de Mahalanobis, que como destacam Barbosa, Pereira e Oliveira (2018), é uma técnica utilizada por diversos autores para detecção de *outliers* em dados multivariados. Como resultado, 18 municípios foram considerados dados discrepantes, um deles sendo Porto Alegre, e somados aos 4 municípios com dados omissos, resulta-se em 22 municípios que foram desconsiderados no cálculo dos indicadores, com 475 compondo a amostra.

Na sequência foi realizada a seleção dos indicadores mais representativos por meio do coeficiente de correlação de Pearson para variáveis numéricas. Para tanto, foi calculada uma matriz de correlação (ANEXO A) envolvendo os indicadores relacionados no Quadro 1 e os do IFGF da Figura 1, utilizados como parâmetro. Dessa forma, os indicadores que não apresentaram correlação estatisticamente significativa (ao nível de 5%) com no mínimo um dos indicadores do IFGF, foram eliminados da análise, no caso Quociente de Execução da Receita e Margem Bruta Orçamentária. O indicador Retorno Patrimonial também foi eliminado porque nenhum município apresentou resultados maiores do que 0,000 (zero).

Em seguida foi realizada a análise dos indicadores por meio do *software IBM SPSS Statistics 20* utilizando a técnica estatística denominada como análise de cluster ou também como análise de conglomerados.

Segundo Hair *et al.* (2009), a análise de cluster é um conjunto de técnicas estatísticas que tem como objetivo o agrupamento de objetos conforme as suas características, formando assim diferentes grupos ou conglomerados. A lógica de formação é que os objetos dentro de um mesmo conglomerado apresentem semelhanças entre si, mas diferenças dos objetos dos demais conglomerados. Nesse sentido, quando são representados em formato de um gráfico, os objetos dentro de um mesmo conglomerado estarão muito próximos ao mesmo tempo em que estarão afastados dos demais conglomerados, apresentando uma homogeneidade interna e uma grande heterogeneidade externa.

A operacionalização da análise de cluster ocorreu por meio do procedimento *k-means*, que segundo Fávero (2015) é um dos mais utilizados por pesquisadores em diferentes campos do conhecimento. O *k-means* utiliza a chamada distância euclidiana entre as observações e a sua aplicação requer a padronização das variáveis pelo procedimento *Zscores* e a análise da significância do teste ANOVA e das distâncias dos centróides dos clusters (FÁVERO, 2015).

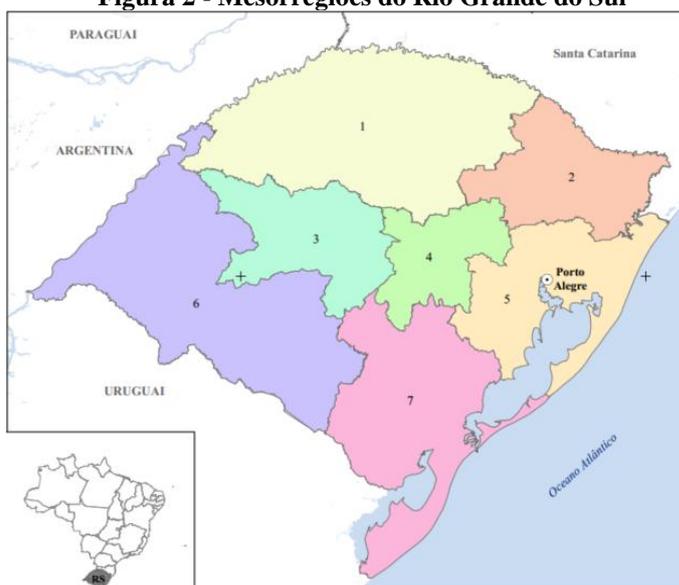
4 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção são apresentados os resultados da pesquisa, primeiramente descrevendo as principais características da amostra e em seguida discutindo os resultados dos indicadores e da análise de cluster.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

O Estado do Rio Grande do Sul é o 6º mais populoso do Brasil, contando com mais de 11,46 milhões de habitantes, distribuídos em 497 municípios, colocando-o como o 3º com o maior número de municípios. O Rio Grande do Sul é o 9º estado em área territorial e apenas 14º em densidade demográfica, resultando em mais de 78% dos municípios possuindo menos de 20.000 habitantes e apenas 9% mais de 100.000 (IBGE, 2022).

Em termos de divisão geográfica, o Rio Grande do Sul apresenta sete mesorregiões conforme a classificação oficial (IBGE, 1990): 1) Noroeste; 2) Nordeste; 3) Centro Ocidental; 4) Centro Oriental; 5) Metropolitana; 6) Sudoeste; 7) Sudeste (Figura 2).

Figura 2 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul

Fonte: adaptado de FEE (2011).

As mesorregiões apresentam diferentes características geográficas e demográficas, com diferença expressiva na quantidade de municípios e porte populacional e também em aspectos orçamentárias e patrimoniais, como indicado na Tabela 1:

Tabela 1 - Características básicas de cada mesorregião

MESORREGIÃO (n)	População*	Receita Orçamentária**	Ativo**	Passivo**
Noroeste (216)	9.164	44.044.068,00	70.671.721,57	37.340.248,18
Nordeste (54)	22.083	104.300.705,04	221.890.485,41	85.125.882,26
Centro Ocidental (31)	17.995	68.495.990,75	108.265.289,16	55.035.407,30
Centro Oriental (54)	15.487	66.644.558,82	110.296.103,96	43.797.578,77
Metropolitana (98)	52.498	227.394.884,49	400.507.717,62	224.602.438,09
Sudoeste (19)	37.810	136.108.037,30	202.343.687,84	190.901.943,87
Sudeste (25)	37.921	137.441.996,95	213.095.633,25	99.158.320,08
TOTAL (497)	22.892	99.164.953,18	170.988.066,15	90.242.639,83

* população média dos municípios. / ** valores em Reais (R\$).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Uma vez apresentadas as principais características geográficas e demográficas do Rio Grande do Sul, passa-se aos resultados obtidos com relação aos indicadores patrimoniais e financeiros, primeiramente considerando todo o conjunto dos municípios (Tabelas 2 e 3) e na sequência também a mesorregião (Tabela 4) e o porte populacional (Tabela 5).

4.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados revela que os municípios apresentaram em média bons índices de liquidez e solvência, mas como o desvio padrão é elevado, a média não pode ser tomada como medida confiável para todo o conjunto de municípios, evidenciando que uma parcela não tem essa mesma capacidade de saldar as suas dívidas e manter a estrutura necessária para a prestação de serviços públicos.

Tabela 2 - Resultados dos indicadores calculados

NATUREZA	INDICADOR	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Liquidez	Capital Circulante Líquido*	55.462.177,02	109.091.274,52
	Liquidez Corrente	23,0685	35,2690
	Liquidez Seca	22,4421	34,7154
	Liquidez Imediata	9,9234	29,4083
Solvência	Solvência de Longo Prazo	11,6960	41,9816
	Solvência do Nível de Serviços*	10.065,48	5.698,94
Endividamento	Participação de Capitais de Terceiros	1,0835	4,1690
	Composição do Endividamento	0,2539	0,3036
Resultado	Resultado Patrimonial	1,0898	0,1956
Orçamento	Quociente de Execução da Despesa	0,8893	0,0801
	Resultado Orçamentário	0,9847	0,0417
Gestão Fiscal	Grau de Dependência	0,7554	0,1076
	Despesas com Pessoal	0,5625	0,1810

* valores em Reais (R\$).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Em termos de resultado, os municípios apresentaram em média superávit patrimonial, com a arrecadação de receitas superando as despesas. Contudo, mesmo com um desvio padrão baixo, em 124 municípios as VPD superaram as VPA, configurando assim déficit patrimonial. Já para a natureza de endividamento, os indicadores revelam uma situação de prevalência de compromissos e dívidas de longo prazo e uma estrutura financeira dependente de capital de terceiros.

Com relação ao aspecto orçamentário, os municípios não apresentam muita variação, com o resultado orçamentário muito próximo do cenário ideal em que toda receita arrecadada é aplicada como previsto. Já a execução da despesa revela que em média quase toda a despesa fixada na dotação foi de fato empenhada no período.

Por último, os indicadores da natureza de gestão fiscal apresentaram desvios padrão baixos, tornando as médias mais representativas do conjunto de municípios. Em termos de grau de dependência, a receita de transferências representa mais de 75% do total de receitas, evidenciando assim a baixa autonomia dos municípios. Já no que se refere às despesas com pessoal, na média os municípios do Rio Grande do Sul ficaram abaixo do limite de 60% da receita corrente líquida estabelecido no art. 19 da LRF (BRASIL, 2000), desconsiderando as particularidades da legislação para o cálculo. Ao mesmo tempo, 94 municípios ultrapassaram esse limite e 19 apresentaram despesas com pessoal que superam a sua própria receita corrente líquida.

Os resultados apresentados estão alinhados com os divulgados pelo IFGF, que aponta que o IFGF médio dos municípios do Rio Grande do Sul foi 20,7% superior à média nacional, com a maioria dos municípios em uma situação fiscal positiva nas categorias boa (48,2%) e excelente (17,7%), embora ainda exista um grupo expressivo de municípios em situação fiscal difícil (28,3%) ou crítica (5,9%) (FIRJAN, 2021c).

Tabela 3 - Resultados dos indicadores do IFGF

INDICADOR	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
IFGF Autonomia	0,5609	0,3484
IFGF Gastos com Pessoal	0,7277	0,2574
IFGF Liquidez	0,6970	0,2188
IFGF Investimentos	0,6587	0,2833
IFGF Geral	0,6611	0,1529

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Complementando o cenário apresentado anteriormente, os municípios do Rio Grande do Sul obtiveram a segunda maior média entre os estados brasileiros no IFGF Gastos com Pessoal, ficando 33,1% acima da média nacional, com a maior parte dos municípios (67,4%) apresentando situação boa ou excelente e com 129 municípios (26,2%) obtendo nota máxima, a maior proporção dentre os estados brasileiros (FIRJAN, 2021c).

Tomando os indicadores do IFGF como referência e considerando na análise também a mesorregião de cada município, percebe-se que existe variação significativa em cada um dos quatro indicadores que compõe o IFGF e como consequência também no IFGF Geral. O indicador de Investimentos apresentou o maior desvio padrão, seguido do indicador de Gastos com Pessoal, Autonomia e depois de Liquidez. Ressalta-se que o conjunto de municípios de nenhuma mesorregião apresentou os melhores resultados em todos os indicadores, com cada uma se destacando em um aspecto avaliado pelo IFGF, com somente a mesorregião Nordeste entre os 3 melhores em todos os indicadores.

Tabela 4 - Resultados dos indicadores do IFGF por mesorregião

MESORREGIÃO/IFGF	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos	Geral
Noroeste	0,5385	0,7312	0,6923	0,7261	0,6720
Nordeste	0,6155	0,8687	0,7262	0,7616	0,7430
Centro Ocidental	0,4714	0,7103	0,7589	0,5229	0,6159
Centro Oriental	0,5626	0,7844	0,6831	0,6804	0,6776
Metropolitana	0,5895	0,7002	0,6694	0,5894	0,6371
Sudoeste	0,6314	0,5114	0,6884	0,4319	0,5657
Sudeste	0,5726	0,5425	0,7369	0,4137	0,5664
TOTAL	0,5609	0,7277	0,6970	0,6587	0,6611

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Seguindo ainda com os indicadores do IFGF como referência, mas agora considerando na análise o porte populacional de cada município, também percebe-se variação significativa em cada um dos indicadores que compõe o IFGF e no IFGF Geral. O indicador de Autonomia apresentou o maior desvio padrão, seguido do indicador de Investimentos, Liquidez e depois Gastos com Pessoal. Ressalta-se que os municípios de cada mesorregião se destacaram em um aspecto avaliado pelo IFGF, especialmente o porte populacional com “Mais de 500.000” que obteve o melhor resultado geral e em três dos quatro indicadores.

Tabela 5 - Resultados dos indicadores do IFGF por porte populacional

PORTE/IFGF	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos	Geral
Até 5.000	0,3873	0,7309	0,7118	0,7571	0,6467
5.001 a 10.000	0,6086	0,6968	0,7237	0,6573	0,6716
10.001 a 20.000	0,6557	0,7424	0,6560	0,5797	0,6584
20.001 a 50.000	0,8370	0,7521	0,7047	0,5725	0,7166
50.001 a 100.000	0,8240	0,7112	0,5809	0,3713	0,6219
100.001 a 500.000	0,8298	0,7296	0,6039	0,3756	0,6347
Mais de 500.000	1,0000	1,0000	1,0000	0,4621	0,8655
TOTAL	0,5609	0,7277	0,6970	0,6587	0,6611

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Nesse sentido, Dal Vesco, Hein e Scarpin (2014) destacam que a população reflete na análise dos indicadores em função das diferentes características entre os municípios pequenos, médios e grandes. Dessa forma, as características geográficas e demográficas materializadas na mesorregião e porte populacional dos municípios desempenham uma função de controle e contribuem para a comparabilidade.

4.3 ANÁLISE DOS PERFIS

Passando agora para os resultados da análise de cluster, é importante ressaltar que o modelo objeto de análise (A) é fruto de várias simulações buscando um melhor agrupamento e distribuição dos municípios e considerando ainda a significância do teste ANOVA para os indicadores e as distâncias entre os diferentes clusters. Dessa forma, o modelo A contém todos os indicadores expressos na Tabela 2.

As principais simulações e modelos alternativos envolveram a eliminação dos únicos indicadores expressos em Reais (R\$), o Capital Circulante Líquido e a Solvência do Nível de Serviços (modelo B), e dos indicadores que menos contribuíram para a formação dos clusters, o Resultado Patrimonial e as Despesas com Pessoal (modelo C), os únicos que não apresentam média estatisticamente diferente em ao menos um dos grupos em relação aos demais.

Como forma de validação, a Tabela 6 apresenta as distâncias entre os centróides dos clusters e a Tabela 7 o número de municípios em cada cluster, ambas para o modelo objeto de análise (A) e os principais modelos alternativos (B e C):

Tabela 6 - Distâncias entre os centróides dos clusters

CLUSTERS/MODELO	A	B	C
1 e 2	5,707	6,677	5,732
1 e 3	2,707	9,729	2,690
2 e 3	5,960	6,823	5,903

Fonte: *software IBM SPSS Statistics 20*

Tabela 7 - Número de municípios em cada cluster

CLUSTER/MODELO	A	B	C
1	282	6	266
2	29	450	29
3	164	19	180

Fonte: *software IBM SPSS Statistics 20*

Os modelos A e C apresentaram distâncias muito parecidas, enquanto que o modelo B apresentou distâncias maiores entre os clusters, mas a distribuição dos municípios e também o resultado do teste ANOVA foram muito prejudicados, com quase metade dos indicadores não apresentando média estatisticamente diferente em pelo menos um dos grupos.

Como forma de identificar as diferenças entre os clusters e com isso estabelecer perfis dos municípios, a Tabela 8 apresenta a distribuição considerando a mesorregião:

Tabela 8 – Municípios de cada mesorregião por cluster

MESORREGIÃO/CLUSTER	1	2	3
Noroeste	133	17	53
Nordeste	33	1	20
Centro Ocidental	17	2	11
Centro Oriental	40	1	13
Metropolitana	41	4	47
Sudoeste	9	1	8
Sudeste	9	3	12
TOTAL	282	29	164

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Com o mesmo objetivo, a Tabela 9 apresenta a distribuição dos municípios em termos de porte populacional:

Tabela 9 – Municípios de cada porte por cluster

PORTE/CLUSTER	1	2	3
Até 5.000	184	22	15
5.001 a 10.000	55	5	35
10.001 a 20.000	27	0	27
20.001 a 50.000	11	2	50
50.001 a 100.000	5	0	20
100.001 a 500.000	0	0	16
Mais de 500.000	0	0	1
TOTAL	282	29	164

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Dessa forma, para além das características geográficas e demográficas dos municípios, a Tabela 10 apresenta os resultados dos indicadores para cada um dos clusters:

Tabela 10 - Resultados dos indicadores por cluster

INDICADOR/CLUSTER	1	2	3
Capital Circulante Líquido*	15.585.355,49	40.735.289,19	126.635.002,75
Liquidez Corrente	15,55	132,09	16,71
Liquidez Seca	14,94	130,46	16,24
Liquidez Imediata	5,47	86,09	4,12
Solvência de Longo Prazo	16,90	14,88	2,19
Solvência do Nível de Serviços*	10.466,69	14.250,56	8.635,55
Participação de Capitais de Terceiros	0,39	1,14	2,27
Composição do Endividamento	0,36	0,05	0,12
Resultado Patrimonial	1,08	1,13	1,11
Quociente de Execução da Despesa	0,87	0,87	0,92
Resultado Orçamentário	0,98	0,97	0,99
Grau de Dependência	0,81	0,76	0,66
Despesas com Pessoal	0,58	0,56	0,54
IFGF Autonomia	0,41	0,37	0,86
IFGF Gastos com Pessoal	0,70	0,67	0,79
IFGF Liquidez	0,67	0,87	0,71
IFGF Investimentos	0,73	0,61	0,54
IFGF Geral	0,63	0,63	0,73

* valores em Reais (R\$).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A análise dos indicadores patrimoniais, orçamentários e financeiros e da distribuição entre as mesorregiões e o porte populacional revela que os municípios do Rio Grande do Sul podem ser classificados em três grandes perfis: (1) Municípios de pequeno porte com baixo endividamento; (2) Municípios de pequeno porte com alta liquidez e; (3) Municípios de maior porte com menor dependência. Dessa forma, as principais características de cada um dos perfis são apresentadas a seguir:

1) Municípios de pequeno porte com baixo endividamento: mais de 94% possui no máximo 20.000 habitantes e não há nenhum município com mais de 100.000, ao mesmo tempo em que apresentam médias de endividamento muito baixas quando comparadas aos municípios dos outros grupos. Apesar do baixo endividamento, ressalta-se também que a parcela de curto prazo é mais elevada, suscitando um melhor controle do fluxo de caixa. Cabe destacar também a maior prevalência de municípios das mesorregiões Noroeste e Nordeste, que estão presentes nesse cluster em maior proporção do que no Rio Grande do Sul como um todo. Outra característica relevante é a grande dependência/baixa autonomia, no entanto não é exclusiva, sendo uma característica compartilhada com os municípios do cluster seguinte.

2) Municípios de pequeno porte com alta liquidez: mais de 93% possui no máximo 10.000 habitantes e não há nenhum município com mais de 50.000, enquanto apresentam

médias de liquidez muito acima dos municípios dos outros clusters. Outra diferença se refere ao nível e composição do endividamento, apresentando endividamento mediano, mas com apenas 5% de curto prazo. Já em termos de distribuição geográfica, existe uma prevalência de municípios das mesorregiões Noroeste e Sudeste, que apresentam maior proporção do que no Rio Grande do Sul como um todo. Como mencionado anteriormente, outro aspecto relevante é a grande dependência de transferências e como consequência, baixa autonomia dos municípios.

3) Municípios de maior porte com menor dependência: mais de 50% possui mais de 50.000 habitantes, com apenas 30% possuindo menos de 10.000, ao mesmo tempo em que apresentam menores graus de dependência e consequentemente maior autonomia. Ressalta-se que mesmo apresentando níveis de endividamento mais acentuados e uma proporção de curto prazo mais elevada, esses municípios detêm maior capacidade de geração de receita própria em função do nível de atividade econômica atrelada ao seu porte populacional. Nesse sentido, destaca-se a mesorregião Metropolitana, que está presente nesse cluster em maior proporção do que no Rio Grande do Sul como um todo.

Como discutido anteriormente, diferentemente dos aspectos financeiro e patrimonial, os municípios do Rio Grande do Sul não apresentaram variação significativa no aspecto orçamentário, com esse último não contribuindo muito para a classificação dos municípios e análise dos perfis, já que os três clusters apresentaram resultados muito próximos.

Para além do destacado por Freitas e Goularte (2016), de que as principais diferenças entre os municípios do Rio Grande do Sul têm relação com o comprometimento com as obrigações de curto e longo prazo e a composição do capital, aspectos relacionados com a liquidez e dependência de transferências/autonomia também se mostraram relevantes para a classificação dos municípios em diferentes perfis.

Outro ponto importante tem relação com a forma como a população reflete na análise dos indicadores, como apontam Dal Vesco, Hein e Scarpin (2014), em função das diferentes características entre os municípios pequenos, médios e grandes. Nesse sentido, a identificação das diferenças entre os clusters e o estabelecimento dos perfis é resultado da consideração do porte populacional como variável de controle.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa cumpriu com os objetivos propostos, uma vez que foram identificados os perfis da situação patrimonial e financeira dos municípios do Rio Grande do Sul a partir do estudo das demonstrações contábeis por meio de indicadores e da análise de cluster. Para isso, foram calculados e comparados os resultados dos indicadores patrimoniais, orçamentários e financeiros; realizada a análise de cluster; identificados os perfis dos municípios e; analisado os perfis identificados.

A análise dos dados revelou que os municípios apresentaram em média bons índices de liquidez e solvência e apresentaram em média superávit patrimonial, com a arrecadação de receitas superando as despesas. Já para a natureza de endividamento, os indicadores revelaram uma situação de maior proporção de compromissos e dívidas de longo prazo e uma estrutura financeira dependente de capital de terceiros. No que se refere ao aspecto orçamentário, os municípios não apresentaram variação significativa, com ambos os indicadores apresentando resultados próximos do cenário ideal, ao mesmo tempo em que os indicadores da natureza de gestão fiscal revelaram grande dependência e relativo controle das despesas com pessoal, em média abaixo do limite estabelecido na LRF.

A análise dos indicadores patrimoniais, orçamentários e financeiros e da distribuição entre as mesorregiões e o porte populacional revelou que os municípios do Rio Grande do Sul podem ser classificados em três grandes perfis: (1) Municípios de pequeno porte com baixo

endividamento; (2) Municípios de pequeno porte com alta liquidez e; (3) Municípios de maior porte com menor dependência.

Dessa forma, a pesquisa contribuiu para a literatura ao complementar o entendimento sobre a contabilidade e finanças públicas municipais, a responsabilidade fiscal e seu impacto no desenvolvimento municipal. Os resultados contribuem para contadores e gestores públicos, órgãos de controle e também para a sociedade de maneira geral, auxiliando na transparência das contas públicas e na correta aplicação dos recursos.

Nesse sentido, sugere-se estudos futuros sobre o tema, superando as limitações dessa pesquisa e adotando um método mais completo, com um período de análise mais extenso, e utilizando procedimentos estatísticos mais robustos. Outra alternativa é a realização de estudos comparativos com a replicação da metodologia utilizada nesse estudo para outros estados do Brasil, evidenciando assim as diferenças e particularidades dos municípios de cada região e estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 69-85, 2005.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BARBOSA, J. J.; PEREIRA, T. M.; OLIVEIRA, F. L. P. de. Uma proposta para identificação de outliers multivariados. **Revista Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 40, p. 40, 2018.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 76-97.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em: 02 set. 2021.

BROWN, K. W. The 10-Point Test of Financial Condition: Toward an Easy-to-Use Assessment Tool for Smaller Cities. **Government Finance Review**, v. December, p. 21-26, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público**. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2021.

CRUVINEL, D. P.; LIMA, D. V. de. Adoção do regime de competência no Setor Público brasileiro sob a perspectiva das normas brasileiras e internacionais de contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 5, n. 3, art. 4, p. 69-85, set./dez. 2011.

DAL VESCO, D. G.; HEIN, N.; SCARPIN, J. E. Análise dos indicadores de desempenho em municípios na região Sul do Brasil com até 100 mil habitantes. Enfoque: **Reflexão Contábil** - UEM. Maringá, v. 33, n. 2, p.19-34, maio/ago. 2014.

FÁVERO, L. P. **Análise de Dados**: Técnicas multivariadas exploratórias com SPSS e STATA. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFGF 2015 - Índice Firjan de Gestão Fiscal**: Ano base 2013 - Recorte Municipal, Abrangência Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFGF 2019 - Índice Firjan de Gestão Fiscal**: Ano base 2018 - Estudos e Pesquisas, Ambiente Socioeconômico. Rio de Janeiro, 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFGF 2021 - Índice Firjan de Gestão Fiscal**: Ano base 2020 - Anexo Metodológico 2021. Rio de Janeiro, 2021a. Disponível em: < <https://www.firjan.com.br/ifgf/metodologia/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFGF 2021 - Índice Firjan de Gestão Fiscal**: Ano base 2020 - Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFGF 2021 - Índice Firjan de Gestão Fiscal**: Ano base 2020 - Panorama dos municípios do Rio Grande do Sul e principais desafios. Rio de Janeiro, 2021c. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifgf/>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

FERREIRA, P. L. de. **Estatística Descritiva e Inferencial**: Breves Notas. Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, 2005. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/9961>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

FREITAS, M.B; GOULARTE, J.L.L. Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-Financeiros dos maiores municípios por população das Mesorregiões do RS. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, nº. 18, volume 5, página 81, 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Mesorregiões geográficas (IBGE), Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/wp-content/uploads/2011/11/Mesorregioes.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULARTE, J.L.L. *et al.* Análise econômico-financeira dos municípios com maior orçamento das mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v.9, n° 40, p.78-95, 2021.

HAIR, J. *et al.* **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. v. 1. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Municipais**: Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

KOHAMA, H. **Balancos públicos**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LEITE FILHO, G. A. *et al.* Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Indicadores de Desenvolvimento e de Responsabilidade Social dos Municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, 16 (2), 14-25, 2015.

LIMA, S. C. DE; DINIZ, J. A. **Contabilidade Pública**: Análise Financeira Governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balancos** - abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAUSS, C. V. **Análise de Demonstrações Contábeis**: instrumento de suporte à gestão pública. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, F. H.; PETER, M. G. A.; MENESES, A. F. Lei de Responsabilidade Fiscal: implicações nos indicadores sociais municipais. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010, São Paulo/SP. **Anais...** São Paulo, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial**: Um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROSES, C. F.; LEIS, R. P. Um estudo das condições sócioeconômicas de municípios gaúchos através da análise de cluster. FECAP. **Revista Administração On Line**, v. 3, n. 3, jul./ago./set. 2002.

SANTOS, G. C. dos; ANDRADE, S. A. Análise por meio de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v.1, n.2, p.22-36/2013.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Estimativa da Carga Tributária Bruta do Governo Geral - 2020**. Brasília, 2021a.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 8ª. ed. Brasília, 2018.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi)**. Consultas > Consultar Finbra > Contas Anuais. Brasília, 2021b. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 24 set. 2021.

SOARES *et al.* O emprego da Análise de Balanços e Métodos Estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, p. 1425-1443, 2011.

SOUSA, P. F. B. *et al.* Lei de responsabilidade fiscal e sua relação com o desenvolvimento municipal: uma análise utilizando dados em painel. In: Congresso Brasileiro de Custos - ABC, 2011, Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, n° 24, p. 105-121, 2005.

SOUZA, P.; PLATT NETO, O. A. A composição e a evolução das despesas com pessoal do Estado de Santa Catarina de 2000 a 2011. In: XIX Congresso Brasileiro de Custos, 2012, Bento Gonçalves/RS. **Anais...** Bento Gonçalves, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Portal de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://dados.tce.rs.gov.br/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

VIEIRA, M. A.; ABRANTES, L. A.; ALMEIDA, F. M.; SILVA, T. A.; FERREIRA, M. A. M. Condicionantes da Arrecadação Tributária: Uma Análise para os Municípios de Minas Gerais. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 36, n. 2, p. 147-162, 2017.

ANEXO A - MATRIZ DE CORRELAÇÃO DOS INDICADORES

		Correlations																				
		CCL	LC	LS	LI	SLP	SNS	PCT	CE	RP	OER	OED	RO	MBO	GD	DP	IFGF A	IFGF GP	IFGF L	IFGF I	IFGF G	
CCL	Pearson Correlation	1																				
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475																				
LC	Pearson Correlation		1																			
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475																			
LS	Pearson Correlation			1																		
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475																		
LI	Pearson Correlation				1																	
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475																	
SLP	Pearson Correlation					1																
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475																
SNS	Pearson Correlation						1															
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475															
PCT	Pearson Correlation							1														
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475														
CE	Pearson Correlation								1													
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475													
RP	Pearson Correlation									1												
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475												
OER	Pearson Correlation										1											
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475											
OED	Pearson Correlation											1										
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475										
RO	Pearson Correlation												1									
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475									
MBO	Pearson Correlation													1								
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475								
GD	Pearson Correlation														1							
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475							
DP	Pearson Correlation															1						
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475						
IFGF A	Pearson Correlation																1					
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475					
IFGF GP	Pearson Correlation																	1				
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475				
IFGF L	Pearson Correlation																		1			
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475			
IFGF I	Pearson Correlation																			1		
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475		
IFGF G	Pearson Correlation																				1	
	Sig. (2-tailed)																					
	N	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475	475

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: software IBM SPSS Statistics 20